



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE PASSO FUNDO EM 23.06.2015

Aos 23 dias do mês de junho de 2015, compareceu à sede da 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Nadia Beatriz Dadalt, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0002444-48.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Cristiane Bueno Marinho, pelo Diretor de Secretaria Jones Gabriel Guedes e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 09.06.1959

Data da última correição realizada: 16.09.2014

Jurisdição: Camargo, Casca, Coxilha, Cristalina, Ernestina, Gentil, Itapuca, Marau, Mato Castelhana, Montauri, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Passo Fundo, Pontão, Santa Cecília do Sul, Santo Antônio do Palma, Serafina Corrêa, Sertão, São Domingos do Sul, Tapejara, Vanini, Vila Lângaro, Vila Maria.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 23.06.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01 de 03.03.2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo pertence à 66ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 04 vagas de zoneamento, sendo que um dos magistrados atua no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau.

2.1.2 Juízes Atuais

| Juiz(a) | Situação | Período |
|---------|----------|---------|
|---------|----------|---------|



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | |
|---|----------------------------------|------------------|
| Cristiane Bueno Marinho | Juíza Titular | Desde 04.03.2013 |
| Evandro Luis Urnau | Juiz do Trabalho zoneado | Desde 11.03.2013 |
| Paula Silva Rovani Weiler | Juíza do Trabalho zoneada | Desde 11.03.2013 |
| Nelsilene Leão de Carvalho Dupin | Juíza do Trabalho zoneada | Desde 10.03.2014 |
| Táise Sanchi Ferrão | Juíza do Trabalho zoneada | Desde 13.04.2015 |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 09.06.2015)

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

| | Juiz(a) | Período(s) | Situação/Motivo | Total |
|---|---|--|---|----------------|
| 1 | Nelsilene Leão de Carvalho Dupin | De 06 a 16.02.2014 (11d) De 17.02 a 09.03.2014 (21d) | Juíza Titular em férias (sem pauta) Juíza Titular em férias | 32 dias |
| 2 | Adriana Ledur | De 14.07 a 12.08.2014 (30d) Em 28.08.2014 (01d) De 04 a 07.09.2014 (04d) | Juíza Titular em férias Juiz Auxiliar Juíza Titular me Licença para Tratamento de Saúde | 35 dias |
| 3 | Evandro Luis Urnau | De 02 a 03.09.2014 (02d) | Juíza Titular me Licença para Tratamento de Saúde | 02 dias |
| 4 | André Sessim Parisenti | De 08 a 10.09.2014 (03d) | Juíza Titular me Licença para Tratamento de Saúde | 03 dias |
| 5 | Mateus Crocoli Lionzo | De 01 a 14.12.2014 (14d) | Juíza Titular em férias | 14 dias |
| 6 | Gabriela Lenz de Lacerda | De 09.02 a 10.03.2015 (30d) | Juíza Titular em férias | 30 dias |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 08.06.2015)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correcionado

| | Juiz(a) | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
|----------------|--------------------------------|---------------|--|-----------------|
| Titular | Cristiane Bueno Marinho | Férias | De 06.02 a 09.03.2014 (32d) De 14.07 a 12.08.2014 (30d) De 01 a 14.12.2014 (14d) De 09.02 a | 116 dias |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|--|--|--|--------------------------|--|
| | | | 10.03.2015 (30d) | |
| | | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | De 01 a 10.09.2014 (10d) | |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 08.06.2015)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

| | Servidor(a) | Cargo | Função | Data de Exercício na Unidade Judiciária |
|---|-------------------------|--|---|---|
| 1 | Jones Gabriel Guedes | Analista Judiciário - Área Judiciária | Diretor de Secretaria (CJ3) (desde 29.06.1995) | 29.06.1995 |
| 2 | Gabriel Lima Campelo | Analista Judiciário - Área Judiciária | Assistente de Juiz Titular (FC05) | 22.08.2011 |
| - | Andrea Correa de Paula | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente de Juiz Substituto (FC05) | 10.12.2014 |
| 3 | Sandra Jeziorski | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente de Diretor de Secretaria (FC04) | 06.02.1998 |
| 4 | Cristiane Lais Bohm | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Secretário de Audiência (FC03) | 01.04.2009 |
| 5 | Fernando Jose Morello | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente (FC02) | 02.07.2009 |
| 6 | Lisiane Gerarde | Analista Judiciário - Área Judiciária | Assistente (FC02) | 14.12.2010 |
| 7 | Nicole Regina Bozzetto | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente (FC02) | 21.08.2008 |
| 8 | Douglas Fontana Pereira | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 01.12.2010 |
| 9 | Rodrigo Pereira Armao | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 25.05.2015 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|----|-------------------------|--|---|------------|
| 10 | Tiago Pires de Oliveira | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 21.10.2013 |
|----|-------------------------|--|---|------------|

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.05.2015)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

| Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014) | Faixa Processual (Resolução nº 63/2010) | Lotação na Unidade Judiciária | Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010) |
|---|---|-------------------------------|---|
| 1.032 processos (média do Foro) | 1.001 a 1.500 | 10 servidores | 11 a 12 servidores |

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo está **abaixo** da quantidade prevista na referida norma.

Entretanto, a Unidade Correcionada conta com o auxílio do servidor Paulo Ricardo, oficialmente lotado na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro, mas cedido à 1ª Vara do Trabalho.

2.2.3 Afastamento dos Servidores

| Servidor(a) | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
|------------------------|--|---------------------|----------|
| Jones Gabriel Guedes | Curso ou Evento | 4 dias | 10 dias |
| | Curso Parcial | 6 dias | |
| Gabriel Lima Campelo | Curso Parcial | 5 dias | 5 dias |
| Andrea Correa de Paula | Curso ou Evento | 4 dias | 9 dias |
| | Curso Parcial | 5 dias | |
| Sandra Jeziorski | Curso Parcial | 5 dias | 5 dias |
| Cristiane Lais Bohm | Licença Gestante | 120 dias | 181 dias |
| | Licença Gestante Prorrogação | 60 dias | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 1 dia | |
| Fernando Jose Morello | Curso ou Evento | 2 dias | 7 dias |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | |
|-------------------------|--|--------|--------|
| | Curso Parcial | 5 dias | |
| Lisiane Gerarde | Curso ou Evento | 3 dias | 8 dias |
| | Curso Parcial | 5 dias | |
| Nicole Regina Bozzetto | Curso Parcial | 5 dias | 5 dias |
| Douglas Fontana Pereira | Curso ou Evento | 3 dias | 9 dias |
| | Curso Parcial | 5 dias | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 1 dia | |
| Rodrigo Pereira Armao | - | - | - |
| Tiago Pires de Oliveira | Curso Parcial | 5 dias | 5 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.09.2015)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

| | Servidor(a) | Data de Lotação | Data de Saída | Tempo de Permanência na Unidade Judiciária | Motivo da Saída |
|---|----------------------------|-----------------|---------------|--|--|
| 1 | Giovane Brzostek | 29.07.2013 | 09.02.2014 | 6 meses e 10 dias | Vacância em virtude de posse em outro cargo inacumulável |
| 2 | Despina Maria Sincas Rubel | 09.03.2011 | 05.04.2015 | 4 anos, 0 meses e 26 dias | Aposentadoria |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.05.2015)

2.2.5 Estagiários

| | Estagiário | Curso em Andamento | Período |
|---|----------------------|---------------------|-------------------------|
| 1 | Ingrid de Lima Zanon | Superior em Direito | 26.01.2015 à 25.07.2015 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.05.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| Juiz | Gestão Estratégica | PJe | Demais Cursos | Total |
|---|--------------------|-----|---------------|-------------------|
| Cristiane Bueno Marinho Juíza Titular | - | - | 80,5 horas | 80,5 horas |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.06.2015)

2.3.2 Capacitação dos Servidores

| Servidor(a) | Gestão Estratégica | PJe | Demais Cursos | Total |
|-------------------------|--------------------|----------|---------------|------------|
| Jones Gabriel Guedes * | 20 horas | 20 horas | 32 horas | 72 horas |
| Gabriel Lima Campelo | - | 20 horas | 66 horas | 86 horas |
| Andrea Correa de Paula | - | 28 horas | 45,5 horas | 73,5 horas |
| Sandra Jeziorski | 65 horas | 20 horas | 5 horas | 90 horas |
| Cristiane Lais Bohm | - | 20 horas | 15 horas | 35 horas |
| Fernando Jose Morello | 10 horas | 20 horas | 16 horas | 46 horas |
| Lisiane Gerarde | - | 26 horas | 78 horas | 104 horas |
| Nicole Regina Bozzetto | - | 20 horas | 32 horas | 52 horas |
| Douglas Fontana Pereira | - | 26 horas | 48 horas | 74 horas |
| Rodrigo Pereira Armao | - | - | - | - |
| Tiago Pires de Oliveira | - | 20 horas | - | 20 horas |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.05.2015, e 17.06.2015)

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

| Situação | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até abril) | Variação% 2014-2015 (até abril) |
|-------------------------------------|-------|-------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| Pendentes de finalização na fase de | 1.344 | 1.565 | 16,44% | 1.601 | 2,30% |



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| conhecimento* | | | | | |
| Pendentes de finalização na fase de liquidação** | 129 | 63 | -51,16% | 49 | -22,22% |
| Pendentes de finalização na fase de execução*** | 1.184 | 1.256 | 6,08% | 1.286 | 2,39% |
| Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução | 82 | 32 | -60,98% | 32 | 0,00% |
| Total | 2.739 | 2.916 | 6,46% | 2.968 | 1,78% |

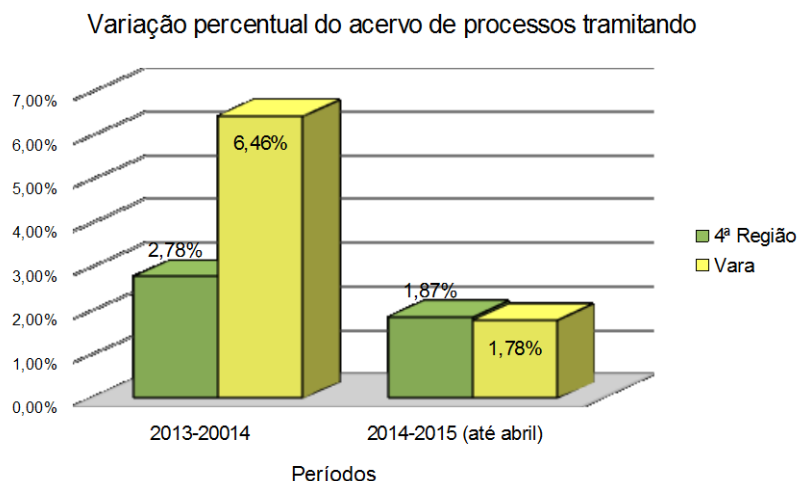
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, o número de processos em tramitação na Unidade Judiciária aumentou 6,46% em relação ao ano de 2013, atingindo 2.916 processos. A fase de conhecimento foi a que apresentou maior crescimento, com aumento de 221 processos, enquanto na fase de liquidação verificou-se redução de 66 processos. No mesmo período, o aumento do acervo de processos em tramitação na 4ª Região foi de 2,78%, menor que o verificado na unidade correccionada.



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos pendentes de solução

| 2013 | 2014 | Variação% | 2015 | Variação% |
|------|------|-----------|------|-----------|
|------|------|-----------|------|-----------|



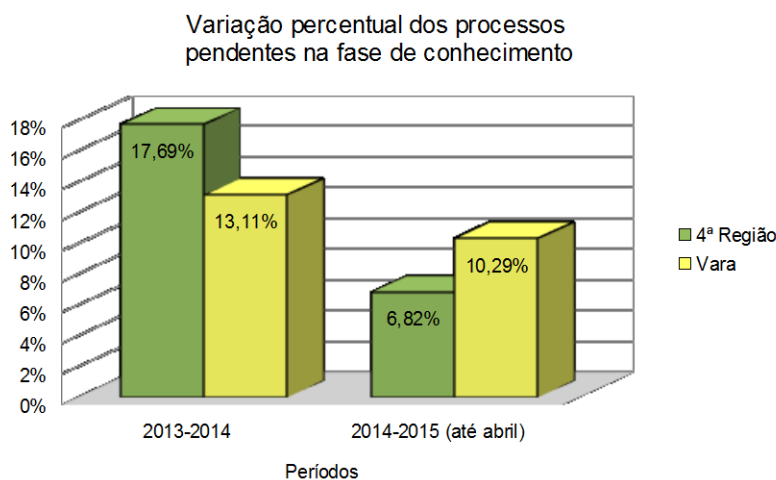
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

| | 2013-2014 | | | 2014-2015 (até abril) | |
|--|-----------|-------|---------|-----------------------|---------|
| Casos novos | 1.173 | 1.145 | -2,39% | 418 | -63,49% |
| Sentença Anulada/Reformada | 13 | 11 | -15,38% | 2 | -81,82% |
| Processos solucionados (com e sem resolução de mérito) | 988 | 995 | 0,71% | 258 | -74,07% |
| Processos pendentes de solução | 610 | 690 | 13,11% | 761 | 10,29% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se aumento de 13,11% no estoque de processos pendentes de solução da fase de conhecimento, em relação ao período anterior, inferior ao aumento do acervo de processos pendentes de solução aferido na 4ª Região, conforme aponta o gráfico a seguir. Esse resultado decorre da redução no número de casos novos e do ligeiro aumento na quantidade de processos solucionados na unidade correccionada.



A maior parte dos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, em 2014, aguarda o encerramento da instrução. Destaque para a inexistência de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido em 2014. Em abril de 2015, verifica-se a existência de 10 processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido, o que merece atenção. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento

| 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até abril) | Variação% 2014-2015 (até abril) |
|------|------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| | | | | |



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | | | | |
|---|------------|------------|---------------|------------|---------------|
| Aguardando 1ª sessão de audiência | 109 | 162 | 48,62% | 128 | -20,99% |
| Aguardando encerramento da instrução | 429 | 467 | 8,86% | 571 | 22,27% |
| Aguardando prolação de sentença – no prazo | 67 | 61 | -8,96% | 52 | -14,75% |
| Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido | 5 | 0 | -100,00% | 10 | - |
| TOTAL | 610 | 690 | 13,11% | 761 | 10,29% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

3.2.2 Taxa de congestionamento*

| | Fase de conhecimento | | | | |
|------------------------------------|----------------------|--------|-----------------------|---------------------|--------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Varição% 2013-2014 | 2015 (até abril) | Varição% 2014-2015 (até abril) |
| 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo | 40,01% | 43,66% | 9,11% | 76,76% | 75,81% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 40,94% | 44,33% | 8,28% | 71,69% | 61,71% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior+processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária passou de 40,01% em 2013 para 43,66% em 2014, permanecendo, ainda assim, 0,67 pontos percentuais abaixo do congestionamento médio da 4ª Região.

3.2.3 Processos solucionados

| Solução | Fase de conhecimento | | | | | | |
|------------------------------|-----------------------------|-----|-------|-----|---------------------|-----|-------|
| | 2013 | | 2014 | | 2015 (até abril) | | |
| | Qtd | % | Qtd | % | Qtd | % | |
| Com exame de mérito | Conciliação | 353 | 35,73 | 405 | 40,7 | 89 | 34,5 |
| | Julgado procedente | 38 | 3,85 | 7 | 0,7 | 4 | 1,55 |
| | Julgado procedente em parte | 372 | 37,65 | 406 | 40,8 | 111 | 43,02 |
| | Julgado improcedente | 85 | 8,6 | 80 | 8,04 | 14 | 5,43 |
| | Extinto | 9 | 0,91 | 3 | 0,3 | 4 | 1,55 |



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

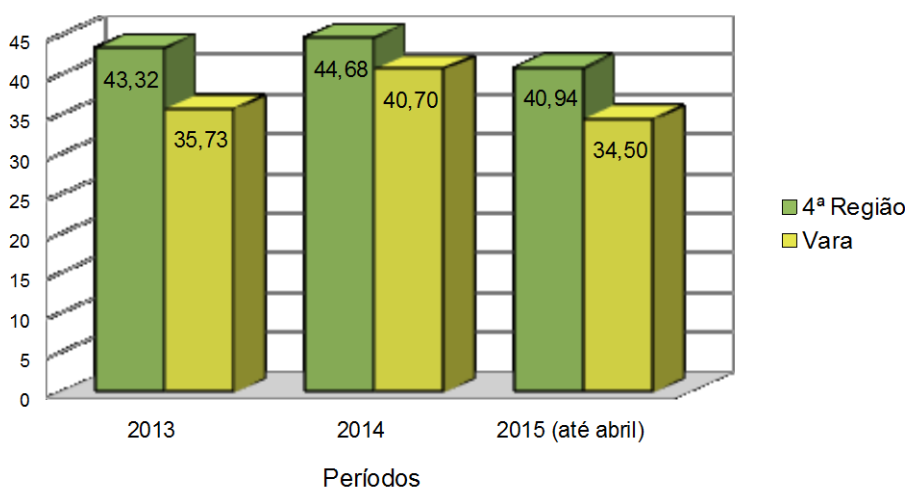
| | | | | | | | |
|------------------------------|-----------------------------|------------|------|------------|------|------------|------|
| | Outras decisões | 1 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sem exame de mérito | Extinto | 7 | 0,71 | 14 | 1,41 | 10 | 3,88 |
| | Arquivamento (art. 844 CLT) | 32 | 3,24 | 36 | 3,62 | 17 | 6,59 |
| | Desistência | 22 | 2,23 | 21 | 2,11 | 7 | 2,71 |
| | Outras decisões | 69 | 6,98 | 23 | 2,31 | 2 | 0,78 |
| TOTAL | | 988 | 100 | 995 | 100 | 258 | 100 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

Em 2014, a Unidade Judiciária solucionou 7 processos a mais que no ano de 2013, enquanto na 4ª Região foi aferida queda de 2,67% no número de processos solucionados.

Com relação às decisões proferidas com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo), passaram de 505 em 2013 para 496 em 2014, refletindo redução de 1,78%, enquanto na 4ª Região a redução das decisões com resolução de mérito foi de 2,91%. O número de homologações de acordo aumentou de 353 em 2013 para 405 em 2014, e o percentual de conciliações em relação ao total de processos solucionados atingiu 40,70% em 2014, inferior ao percentual aferido, em média, na 4ª Região. Especificações no quadro abaixo.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até abril) | Variação% 2014-2015 (até abril) |
|-----------|------|------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| Iniciadas | 302 | 98 | -67,55% | 26 | -73,47% |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | |
|-----------------------|-----|-----|---------|----|---------|
| Encerradas | 295 | 154 | -47,80% | 35 | -77,27% |
| Pendentes | 127 | 61 | -51,97% | 47 | -22,95% |
| Em Arquivo Provisório | 5 | 5 | 0,00% | 2 | -60,00% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

A Unidade Judiciária reduziu o número de processos pendentes na fase de liquidação de 127 em 2013 para 61 em 2014, apesar da queda de 47,80% no número de liquidações encerradas, que passou de 295 em 2013 para 154 em 2014. O resultado deve-se, principalmente, à redução em 67,55% no número de liquidações iniciadas no mesmo período.

3.3.2 Taxa de congestionamento*

| Fase de liquidação | | | | | |
|---------------------------------------|--------|--------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até abril) | Variação% 2014-2015 (até abril) |
| 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo | 40,88% | 31,56% | -22,81% | 59,77% | 89,41% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 42,12% | 44,16% | 4,83% | 67,68% | 53,28% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.05.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas / (resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária na fase de liquidação recuou de 40,88% em 2013 para 31,56% em 2014, ficando abaixo do congestionamento médio da 4ª Região em 12,60 pontos percentuais, o que é elogiável.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

| | | 2013 | 2014 | Variação 2013- 2014 | 2015 (até abril) | Variação 2014- 2015 (até abril) |
|-----------|--|------|------|---------------------------|------------------------|--|
| Entradas | Iniciadas | 399 | 381 | -4,51% | 142 | -62,73% |
| | Desarquivadas para prosseguimento | 27 | 330 | 1122,22% | 51 | -84,55% |
| Saídas | Encerradas | 452 | 450 | -0,44% | 147 | -67,33% |
| | Arquivadas Provisoriamente | 38 | 26 | -31,58% | 12 | -53,85% |
| Pendentes | Exclusivamente de crédito previdenciário | 59 | 50 | -15,25% | 45 | -10,00% |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | | |
|-----------------------------|--------------|------------|------------|---------------|------------|--------------|
| | Demais | 517 | 476 | -7,93% | 531 | 11,55% |
| | Total | 576 | 526 | -8,68% | 576 | 9,51% |
| Saldo no arquivo Provisório | | 1.773 | 969 | -45,35% | 924 | -4,64% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

Em 2014, verificou-se redução de 0,44% no número de execuções encerradas na Unidade Judiciária em relação ao ano de 2013, obtendo desempenho superior à média regional, onde verificada queda de 5,57% no mesmo período. Também houve redução de 4,51% no número de execuções iniciadas em 2014, em relação ao ano anterior.

Em decorrência, a Unidade Judiciária reduziu o estoque de execuções pendentes em 50 processos, o que corresponde a uma queda de 8,68% em relação ao saldo do ano anterior, enquanto na 4ª Região observou-se queda de 2,5% no total de processos pendentes da fase de execução.

3.4.2 Taxa de congestionamento*

| Fase de execução (sem arquivo provisório) | | | | | |
|---|--------|--------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até abril) | Variação% 2014-2015 (até abril) |
| 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo | 55,16% | 52,98% | -3,95% | 77,99% | 47,22% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 69,60% | 70,81% | 1,74% | 88,43% | 24,89% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária na fase de execução reduziu de 55,16% em 2013 para 52,98% no ano de 2014, permanecendo abaixo do congestionamento médio regional, de 70,81%, o que é elogiável.

| Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório) | | | | | |
|--|--------|--------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até abril) | Variação% 2014-2015 (até abril) |
| 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo | 83,94% | 83,52% | -0,50% | 91,02% | 8,98% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 84,51% | 84,91% | 0,47% | 93,53% | 10,15% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

Com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da Unidade Judiciária, na fase de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

execução, ficou em 83,52% no ano de 2014, sendo 1,39 pontos percentuais menor que a média regional de congestionamento.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até abril) | Variação% 2014-2015 (até abril) |
|--|-------|-------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| Processos com inclusão de devedor no BNDT | 87 | 162 | 86,21% | 46 | -71,60% |
| Processos com exclusão de devedor no BNDT | 123 | 127 | 3,25% | 19 | -85,04% |
| Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT | 1.617 | 1.406 | -13,05% | 1.419 | 0,92% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **devem ser realizados com prioridade** pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo, foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente em 2013 e 2014 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta resultou uma lista de 07 processos com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

| Processo | Situação Processual | Histórico BNDT |
|---------------------------|--|---|
| 0000538-53.2010.5.04.0661 | Em 18/04/2012 foi lançado no inFOR o andamento “extinta a execução”, e em 30/04/2012, o andamento “arquivado definitivamente”. | A reclamada Palao Industrial Ltda. (massa falida) foi incluída no BNDT em 10/01/2012, com a informação “sem garantia”. |
| 0055400-76.2007.5.04.0661 | Em 21/05/2013 foi lançado no inFOR o andamento “extinta a execução”, e em 28/06/2013, o andamento “arquivado definitivamente”. | A reclamada Mérica Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda. (em recuperação judicial) foi incluída no BNDT em 14/09/2011, com a informação “exigibilidade suspensa”. |



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | |
|---------------------------|---|--|
| 0000629-41.2013.5.04.0661 | Em 29/09/2014 foi lançado no inFOR despacho que determina o arquivamento dos autos, após comprovado o recolhimento das custas processuais e da contribuição previdenciária. Em 22/01/2015 foi lançado no inFOR o andamento “arquivado definitivamente”. | A reclamada Sistemas de Monitoramento de Segurança Passo Fundo Ltda foi incluída no BNDT em 14/03/2014 e a reclamada Tibola e Tapia Ltda., em 18/08/2014, com a informação “sem garantia”. |
| 0075900-18.1997.5.04.0661 | Em 16/09/2014 foi lançado no inFOR despacho que determina a exclusão das reclamadas no BNDT e o arquivamento dos autos. Em 18/09/2014 foi lançado no inFOR o andamento “extinta a execução” e, em 11/06/2015, o andamento “arquivado definitivamente”. | A reclamada ALL América Latina Logística do Brasil S.A. foi incluída no BNDT em 14/09/2011, com a informação “com garantia”. |
| 0088000-82.2009.5.04.0661 | Em 01/09/2014 foi lançado no inFOR o andamento “extinta a execução” e em 03/03/2015, o andamento “arquivado definitivamente”. | A reclamada BLM Telecomunicações Ltda ME foi incluída no BNDT em 09/04/2013, e a reclamada Santin & Custódio Ltda.ME em 06/12/2012, com a informação “sem garantia”. |
| 0091200-44.2002.5.04.0661 | Em 18/12/2014 foi lançado no inFOR despacho que determina a exclusão da executada no BNDT, e em 10/03/2015, o andamento “arquivado definitivamente”. | O reclamado JOCELI DAL BOSCO foi incluído no BNDT em 21/09/2011, com a informação “sem garantia”. |
| 0000985-41.2010.5.04.0661 | Em 02/03/2012 foi lançado no inFOR o andamento “extinta a execução” e, em 06/04/2012, o andamento “arquivado definitivamente”. | A reclamada Palao Industrial Ltda. (massa falida) foi incluída no BNDT em 09/01/2012, com a informação “sem garantia”. |

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão e inFor em 16.06.2015)

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

| | 2013 | | | 2014 | | | 2015 (até abril) | | |
|--------------------------------------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|------------------|----------|-----------|
| | Recebidos | Julgados | Pendentes | Recebidos | Julgados | Pendentes | Recebidos | Julgados | Pendentes |
| Embargos de declaração | 192 | 170 | 32 | 156 | 160 | 28 | 40 | 34 | 34 |
| Antecipações de tutela | 11 | 4 | 5 | 44 | 32 | 23 | 31 | 22 | 27 |
| Impugnações à sentença de liquidação | 85 | 63 | 40 | 32 | 63 | 26 | 15 | 11 | 31 |
| Embargos à execução | 115 | 105 | 41 | 81 | 69 | 48 | 36 | 38 | 45 |
| Embargos à arrematação | 1 | 5 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Embargos à | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------|------------|-----|-----|------------|-----|-----|------------|-----|-----|
| adjudicação | | | | | | | | | |
| Exceções de pré-executividade | 6 | 3 | 3 | 3 | 4 | 2 | 4 | 1 | 5 |
| Total | 410 | 350 | 121 | 317 | 329 | 127 | 127 | 106 | 143 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

No ano de 2014 houve redução no número de incidentes processuais recebidos pela Unidade Judiciária, na comparação com 2013, assim como no número de incidentes processuais julgados (350 em 2013 e 329 em 2014). Cresceu ligeiramente o número de incidentes processuais pendentes de julgamento, que passou de 121 em 2013 para 127 em 2014.

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2014, constatou-se que algumas pendências registradas decorrem de erros no lançamento no sistema informatizado, conforme amostragem que segue:

| Processos Físicos | |
|----------------------------|---|
| Processo | Situação |
| 0001514-60.2010.5.04.0661 | Em 03/10/2014 foi registrado no inFOR o protocolo de embargos pelo reclamante, após decisão que homologou conta. Houve despacho simples atendendo ao questionado nos “embargos” sem lançamento específico no sistema julgamento do incidente, de forma que permanece a pendência junto ao e-Gestão. |
| 0001483-40.2010.5.04.0661 | Em 11/04/2014 foram registrados Embargos à Execução. Em 05/05/2014 foi lançado no inFOR o andamento “Decisão/Despacho”, que não recebeu os Embargos à Execução opostos. Não houve lançamento do andamento específico de “Decisão em incidente processual”, permanecendo a pendência do incidente junto ao e-Gestão. |
| PJe | |
| Processo | Situação |
| 0020103-61.2014.5.04.0661 | Em 23/10/2014 a parte autora, ao ajuizar a ação no sistema PJe, informou pedido liminar/antecipação de tutela. Em 25.11.2014 foi proferido despacho postergando a apreciação da tutela antecipatória pretendida para após a realização da audiência. Em 16/04/2015 foram registrados no PJe os andamentos “conclusos os autos para decisão da antecipação de tutela” e “Concedida a medida liminar”. Considerando que não houve registro adequado do julgamento da antecipação de tutela (“concedida antecipação de tutela a”), permanece a pendência do incidente junto ao Sistema e-Gestão. |
| 0020104-46.2014.05.04.0661 | Em 23/10/2014 a parte autora, ao ajuizar a ação no sistema PJe, informou pedido liminar/antecipação de tutela (baixa na CTPS). Em 25.11.2014 foi proferido despacho postergando a apreciação da tutela antecipatória pretendida para após a realização da audiência. Em 16.12.2014 foi realizada audiência, onde ficou consignado que já fora realizada a baixa na CTPS da autora. Considerando que não houve registro no sistema do julgamento da antecipação de tutela (“antecipação de tutela prejudicada”), permanece o incidente pendente junto ao e-Gestão. |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão, inFOR e PJe em 18.06.2015)

Diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

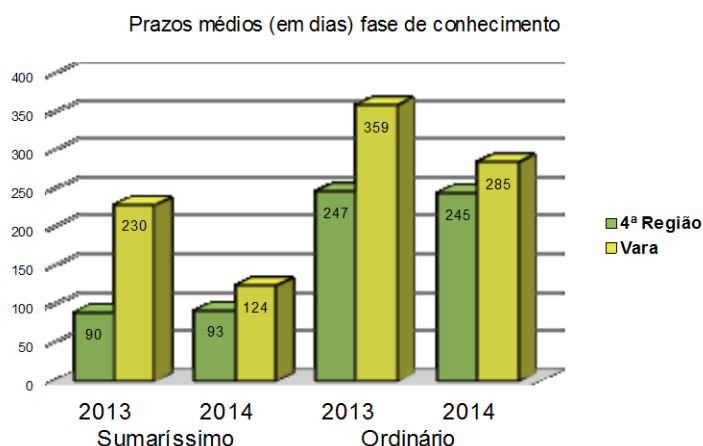
4.1 FASE DE CONHECIMENTO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|--|-------------|-------------------------|---------------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até abril) | Variação% 2014-2015 (até abril) |
| Do ajuizamento da ação à prolação da sentença | Sumaríssimo | 230,38 | 124,37 | -46,02% | 729,45 | 486,53% |
| | Ordinário | 359,03 | 285,05 | -20,61% | 396,7 | 39,17% |
| | Total | 336,62 | 267,69 | -20,48% | 429,06 | 60,29% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

Em 2014, do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo transcorreram, em média, 124,37 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, e 285,05 dias nas ações ordinárias.

Nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, constatou-se transcorrerem, em média, 92,57 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo e 245,25 dias nas ações ordinárias. Especificações no gráfico abaixo.





PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

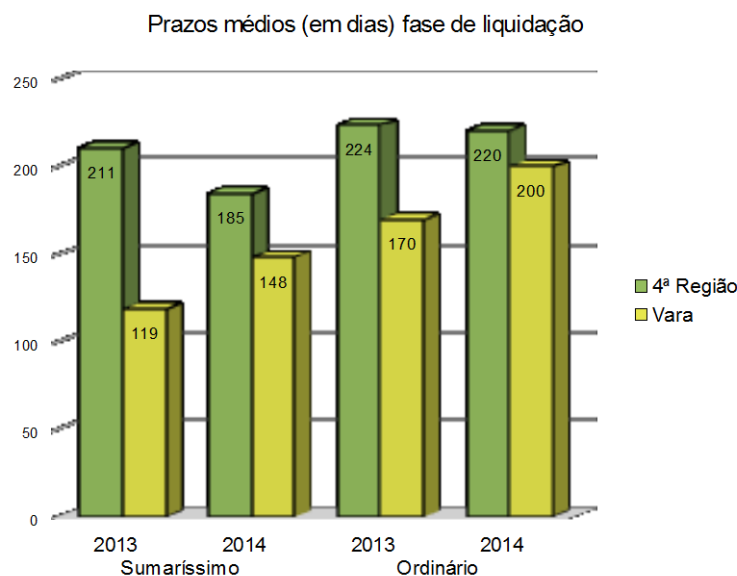
4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|---|--------------|-------------------------|---------------|------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até abril) | Variação% 2014-2015 (até abril) |
| Do início ao encerramento da liquidação | Sumaríssimo | 118,69 | 147,8 | 24,52% | 99 | -33,02% |
| | Ordinário | 169,94 | 200,03 | 17,71% | 232,61 | 16,29% |
| | Total | 165,09 | 196,35 | 18,94% | 228,68 | 16,46% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação na Unidade Judiciária, em 2014, foi de 147,8 dias nos processos de rito sumaríssimo e, nas ações ordinárias, de 200,03 dias, refletindo aumento de 24,52% e 17,71%, respectivamente, em relação ao ano de 2013.

Ainda assim, o lapso de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária mostrou-se mais célere que a média regional em 20,02% nos processos submetidos ao rito sumaríssimo e em 9,12% nos processos do rito ordinário. Especificações no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

| Prazos médios (em dias) | | | | | |
|-------------------------|------|------|-----------|------|-----------|
| | 2013 | 2014 | Variação% | 2015 | Variação% |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

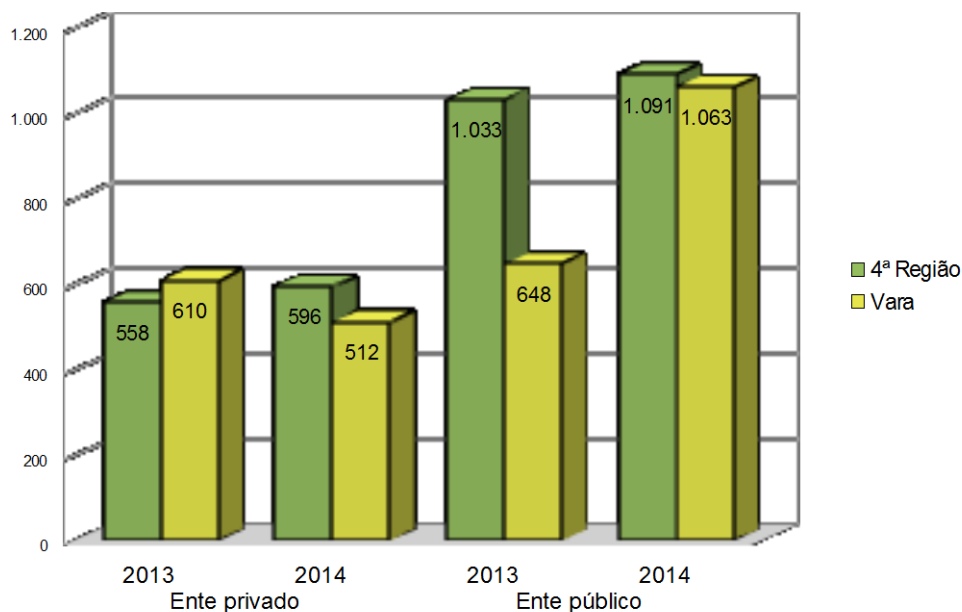
| | | 2013-2014 | | (até ...) | 2014-2015 | |
|---------------------------------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|----------------|
| | | | | (até ...) | (até ...) | |
| Do início ao encerramento da execução | Ente Privado | 609,77 | 512,08 | -16,02% | 405,91 | -20,73% |
| | Ente Público | 647,73 | 1.062,86 | 64,09% | 641,67 | -39,63% |
| | Total | 614,14 | 634,92 | 3,38% | 425,55 | -32,97% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

A tramitação processual na fase de execução na 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo estendeu-se, em média, 634,92 dias, superando em 3,38% o lapso aferido no ano anterior.

Ainda assim, o lapso de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária mostrou-se mais célere que a média regional em 14,12% nos processos em que o executado é ente privado, e em 2,57% quando o executado é ente público, o que é elogiável.

Prazo médio (em dias) fase execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| META 2/2009 CNJ | |
|--|----------------------|
| Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.1.2. Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007”.

| META 2/2010 CNJ | |
|--|----------------------|
| Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.1.3 - Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

| META 2/2012 CNJ | | | |
|----------------------|--------------|----------------|----------------------|
| Distribuídos em 2008 | Solucionados | % | Resultado |
| 1496 | 1.496 | 100,00% | Meta cumprida |

5.1.4 Meta 2 - 2013: “Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 80% dos processos distribuídos, em 2009, na Justiça do Trabalho”.

| META 2/2013 CNJ | | | |
|----------------------|----------------------|----------------|----------------------|
| Distribuídos em 2009 | Solucionados em 2009 | % | Resultado |
| 1.854 | 1.854 | 100,00% | Meta cumprida |

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1. Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”

| META 1/2014 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|---------------|--------------------------|
| Distribuídos até 31.12.2014 | Solucionados até 31.12.2014 | % | Resultado |
| 1.145 | 995 | 86,90% | Meta não cumprida |

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.”



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| Questionário para cálculo da Meta | | | | |
|-----------------------------------|--|---------------|------------|------------|
| Id. | Pergunta | Periodicidade | Valor 2011 | Valor 2012 |
| P2.1 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA , excluídos os suspensos até 31/12/2013. | Única | 135 | 387 |
| P2.4 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. | Mensal | 0 | 2 |
| P2.7 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. | Mensal | 0 | 3 |
| P2.10 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2014. | Mensal | 0 | 24 |
| P2.13 | Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2013 | Única | 135 | 352 |

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/K$, onde K=9 no período de referência até 31.12.2011 e K=8 no período de referência até 31.12.2012

| META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011 | |
|--|-----------------------|
| Percentual de cumprimento da meta | Resultado |
| 111,1% | Meta cumprida* |
| META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012 | |
| Percentual de cumprimento da meta | Resultado |
| 121,8% | Meta cumprida* |

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

| META 5/2014 CNJ | | |
|---|--|-----------------------------------|
| Tipo de execução | % de redução/aumento do congestionamento | Resultado |
| Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal | -22,87 | Meta parcialmente cumprida |
| Execução Fiscal | +18,47 | |

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A redução positiva (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A redução negativa (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau”.

| META 6/2014 CNJ | |
|--|---------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

| META 1/2015 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|--------|---|
| Distribuídos até 30.04.2015 | Solucionados até 30.04.2015 | % | Resultado |
| 418 | 258 | 61,72% | Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta |

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

| Questionário para cálculo da Meta | | | |
|-----------------------------------|--|---------------|-------|
| Id. | Pergunta | Periodicidade | Valor |
| P2.1 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014. | Única | 607 |
| P2.4 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. | Mensal | 0 |
| P2.7 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. | Mensal | 0 |
| P2.10 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015. | Mensal | 7 |
| P2.13 | Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014 | Única | 537 |

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P.2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P.2.4 - \Sigma P.2.7)) \times 1000/9$



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013 | |
|--|-------------------------------|
| Percentual de cumprimento da meta | Resultado parcial (até abril) |
| 103,3% | Meta já cumprida* |

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

5.3.3 - Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

| META 5/2015 CNJ | | | |
|---|---|---------------------|--|
| Casos novos de execução em 2015 (até 30.04) | Execuções baixadas* em 2015 (até 30.04) | Grau de Cumprimento | Resultado |
| 142 | 164 | 115,49% | Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta |

*Consideram-se baixadas as execuções arquivadas definitivamente, aquelas em que resta pendente apenas valores inscritos em precatórios e aquelas em que pende apenas pagamento de custas ou o pagamento de peritos cuja responsabilidade compete ao poder público.

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

| META 6/2015 CNJ | |
|--|-------------------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta já cumprida |

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

| META 7/2015 CNJ | | | |
|---|---|-------------------------------|-----------------------------------|
| Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014 | Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014 | Acervo atual (até 30.04.2015) | Meta de processos para 31.12.2015 |
| 1º) WMS Supermercados do Brasil Ltda. | 0 | 0 | 0 |
| 2º) Estado do Rio Grande do Sul | 35 | 32 | 34 |
| 3º) CLINSUL Mao de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 12 | 12 | 11 |
| 4º) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN | 33 | 36 | 32 |
| 5º) União | 84 | 85 | 82 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | |
|---|----|----|-----------|
| 6º) Oi S.A. | 43 | 36 | 42 |
| 7º) PROSERVI Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 49 | 49 | 48 |
| 8º) Caixa Econômica Federal - CEF | 57 | 56 | 56 |
| 9º) Banco do Brasil S.A. | 77 | 73 | 75 |
| 10º) Hospital Nossa Sra. da Conceição | 0 | 0 | 0 |

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014.”

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO | | | | |
|---|--------------------------------|--|--|--|
| Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento | Prazo médio na Unidade em 2014 | Prazo médio da Unidade em 2015 – até 30.04 | Prazo médio a ser alcançado até 31.12.2015 | Resultado parcial |
| 228,17 | 267,69 | 429,06 | 265,01 | Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta |

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO | | | | | | |
|---|-------|-------|-----------------|------------------|----------------|--|
| | 2013 | 2014 | Média 2013/2014 | 2015 (até 30.04) | Meta para 2015 | Resultado Parcial |
| Total de acordos | 353 | 405 | 379 | 89 | 383 | Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta |
| Média mensal de acordos | 29,42 | 33,75 | 31,58 | 29,67 | 31,92 | |

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segundas a quartas, à tarde, e nas quintas feiras pela manhã. Eventualmente, quando necessário, são realizadas pautas extraordinárias com iniciais. A composição média das sessões é especificada no(s) quadro(s) abaixo.

| J1 | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|-------|-----------------|-----------------|-----------------|---------------------------|-------|
| Manhã | - | - | - | 1 ou 2 (CPI) 3 a 5 (P) | - |
| Tarde | 12 (I) 3 (P) | 3 (UI) 3 (P) | 12 (I) 3 (P) | - | - |

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria, em 23.6.2015)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

| Tipo | Última data marcada | Próxima data livre |
|---------------------------------|---------------------|--------------------|
| Inicial | 22.7.2015 | 27.7.2015 |
| Una Sumaríssimo | 28.7.2015* | 14.7.2015 |
| Instrução | 14.4.2016 | 13.4.2016 |
| Tentativa de acordo em execução | Quando necessário | |

(Fonte: Livro Pauta. Consulta em 23.6.2015)

* Audiência adiada, intimação por edital

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|---|-------------|-------------------------|--------------|------------------------|---------------------|------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até abril) | Variação% 2014-2015 |
| Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência | Sumaríssimo | 50,74 | 51,22 | 0,95% | 74,87 | 46,17% |
| | Ordinário | 51,21 | 46,46 | -9,28% | 71,22 | 53,29% |
| | Total | 51,14 | 46,95 | -8,20% | 71,48 | 52,26% |

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 10.06.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Em 2014, o prazo transcorrido do ajuizamento da ação até a realização da audiência inicial foi de 51,22 dias, nos processos submetidos ao rito sumaríssimo e de 46,46 dias, nas ações ordinárias, refletindo redução média total de 8,20%, superando o prazo médio tido por adequado para unidades desse porte (até quarenta dias).

Os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, em 23.6.2015 quando constatado que as audiências iniciais estavam sendo designadas para o prazo de 21 dias nos processos sumaríssimos e de 34 dias nas ações ordinárias.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE PROSSEGUIMENTO

No dia da inspeção correcional, 23.6.2015, as audiências de prosseguimento estavam sendo designadas no prazo de 290 dias, superando o prazo que se tem por adequado para unidades com semelhante movimentação processual (até 240 dias).

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

| Juiz | Audiências Realizadas - 2014 | | | | Total |
|----------------------------------|------------------------------|-----------|-----|-------------|--------------|
| | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | |
| Adriana Ledur | 81 | 66 | 7 | 1 | 155 |
| André Sessim Parisenti | 25 | 9 | 3 | 0 | 37 |
| Cristiane Bueno Marinho | 739 | 400 | 98 | 24 | 1.261 |
| Evandro Luís Urnau | 11 | 6 | 4 | 0 | 21 |
| Mateus Crocoli Lionzo | 22 | 21 | 5 | 0 | 48 |
| Nelsilene Leão de Carvalho Dupin | 48 | 26 | 6 | 0 | 80 |
| Total | 926 | 528 | 123 | 25 | 1.602 |

| Juiz | Audiências Realizadas - 2015 | | | | Total |
|--------------------------|------------------------------|-----------|----------|-------------|------------|
| | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | |
| Cristiane Bueno Marinho | 119 | 105 | 16 | 1 | 241 |
| Gabriela Lenz De Lacerda | 49 | 43 | 8 | 0 | 100 |
| Total | 168 | 148 | 24 | 1 | 341 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

| Magistrados | Solucionados - 2014 | | | | | |
|----------------------------------|---------------------|------------|-----------------|------------|---------------------|---------------------------------|
| | Com Exame de Mérito | | | | Sem Exame de Mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | | |
| Adriana Ledur | 45 | 45 | 0 | 90 | 11 | 101 |
| André Sessim Parisenti | 3 | 8 | 1 | 12 | - | 12 |
| Cristiane Bueno Marinho | 309 | 402 | 2 | 713 | 71 | 784 |
| Evandro Luís Urnau | 4 | 6 | 0 | 10 | - | 10 |
| Mateus Crocoli Lionzo | 21 | 0 | 0 | 21 | 4 | 25 |
| Nelsilene Leão de Carvalho Dupin | 23 | 30 | 0 | 53 | 8 | 61 |
| Paula Silva Rovani Weiler | - | 1 | 0 | 1 | - | 1 |
| Rafael Da Silva Marques | - | 1 | 0 | 1 | - | 1 |
| Total | 405 | 493 | 3 | 901 | 94 | 995 |
| Magistrados | Solucionados - 2015 | | | | | |
| | Com Exame de Mérito | | | | Sem Exame de Mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | | |
| Adriana Ledur | - | 1 | 0 | 1 | - | 1 |
| Cristiane Bueno Marinho | 59 | 104 | 4 | 167 | 23 | 190 |
| Gabriela Lenz de Lacerda | 30 | 18 | 0 | 48 | 7 | 55 |
| Marcelo Bergmann Hentschke | - | 0 | 0 | 0 | 6 | 6 |
| Mateus Crocoli Lionzo | - | 6 | 0 | 6 | - | 6 |
| Total | 89 | 129 | 4 | 222 | 36 | 258 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.06.2015)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

| |
|--------------------------------|
| Cristiane Bueno Marinho |
| Embargos Declaratórios |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Conclusão: 16.4.2015 0000623-97.2014.5.04.0661* | - | - |
| Total: 01 processo | | |
| Gabriela Lenz De Lacerda | | |
| Processos de Cognição – Rito Ordinário | | |
| Conclusão mais antiga: 26.02.2015 0000303-47.2014.5.04.0661* | 0000132-21.2013.5.04.0663* | 0000378-86.2014.5.04.0661 |
| Total: 3 processos | | |
| Marcelo Caon Pereira | | |
| Processos de Cognição – Rito Ordinário | | |
| Conclusão mais antiga: 20.04.2015 0000351-06.2014.5.04.0661* | 0000402-17.2014.5.04.0661* | 0000415-16.2014.5.04.0661* |
| 0000371-94.2014.5.04.0661* | 0000403-02.2014.5.04.0661* | 0000606-61.2014.5.04.0661* |
| 0000377-04.2014.5.04.0661* | 0000410-91.2014.5.04.0661* | 0000780-07.2013.5.04.0661* |
| 0000385-78.2014.5.04.0661* | - | - |
| Total: 10 processos | | |
| Nelsilene Leão De Carvalho Dupin | | |
| Processos de Cognição – Rito Ordinário | | |
| Conclusão: 07.04.2015 0000225-92.2010.5.04.0661* | - | - |
| Total: 1 processos | | |

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 16.06.2015 e ao inFOR em 27.7.2015)

* Processos pendentes de sentença na data da Correição, julgados posteriormente

7 ROTINAS DE SECRETARIA

A distribuição de atividades na 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo se dá pelo critério de tarefas. O atendimento ao balcão ocorre em sistema de rodízio, com preponderância de Douglas e Paulo Ricardo (cedido pela CCDF). Rodrigo recebe as petições e localiza os autos dos processos para juntada. Sandra analisa as petições e minuta os despachos do protocolo. Nicole faz a certificação do prazo com as minutas de despacho correspondentes. As notificações e ofícios são expedidas pela estagiária, Ingrid, e os cumprimentos da sala de audiências estão a cargo de Cristiane, secretária de audiências. Os cumprimentos da fase de execução (mandados de citação e de penhora, RPV's e precatórios e alvarás) são da responsabilidade de Fernando. O diretor de secretaria, Jones, administra a unidade, recebe os malotes, analisa os autos



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

que retornam do TRT e acessa os convênios, em especial o Bacen Jud, também manejado por Lisiane e por Sandra. O Renajud, a Jucergs e o HOD são acessados por todos os servidores.

Na fase de liquidação, se uma das partes apresentar cálculo de liquidação, é dada vista à parte contrária; se a conta for elaborada por contador, é homologada sem vista prévia às partes. Na execução, o procedimento adotado é o previsto no art. 884 da CLT, com possibilidade de adoção do art. 475 do CPC se houver pedido de parcelamento pela executada e o exequente concordar.

Houve adesão de servidores da unidade às greves ocorridas em 2014, com edição da Portaria 001/2014 da 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo reduzindo o horário de expediente externo, sem interrupção ou suspensão de prazos. No pertinente à greve em curso, cerca de 45% dos servidores aderiram. A Direção do Foro editou Portaria nº 01/2015, restringindo o horário de atendimento ao público externo no Foro Trabalhista, mantida a realização das audiências e sem suspensão e/ou interrupção dos prazos processuais.

O diretor de secretaria solicitou a realização de curso (treinamento) em PJe com ênfase na movimentação processual, por exemplo, distinção entre os andamentos decisão, julgamento e despacho, explicitando quando utilizar um ou outro, tendo o pedido sido encaminhado à Escola Judicial pela Vice-Corregedora.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES

No dia da inspeção correcional, 23.6.2015, as notificações que estavam sendo expedidas atendiam comandos e/ou referiam-se a petições protocoladas em 15.6.2015.

7.2 EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS

Em dia.

7.3 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS

No dia da inspeção correcional, 23.6.2015, os mandados mais antigos a serem expedidos referiam-se a comandos de 08.6.2015 (citação) e 15.6.2015 (penhora).

7.4 EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

Na data da correição, 23.6.2015, dois processos aguardavam expedição de ofícios, sendo o mais antigo de 15.6.2015.

7.5 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Em dia. Na data da correição, constatou-se existência de alvarás tão-somente aguardando assinatura.

7.6 EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS E RPV'S

Em dia.

7.7 JUNTADA DE PETIÇÕES E DESPACHOS DE PROTOCOLO

Em 23.6.2015, data da correição, estavam sendo juntadas as petições protocoladas em 16.6.2015, e minutados os despachos correspondentes.

7.8 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

No dia da correição, 23.6.2015, estava sendo certificado o prazo de 11.6.2015.

7.9 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Em dia. Ocorre semanalmente, nos dias de malotes (terças e sextas feiras).

7.10 CONVÊNIOS

Em dia.

7.11 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Em dia.

7.12 EXAME DOS LIVROS

7.12.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

Em consulta ao Sistema inFor, em 16.06.2015, verificou-se que não há processos em carga com advogados com prazo vencido há mais de 10 dias.

7.12.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

Em consulta ao Sistema inFor, em 16.06.2015, verificou-se que não há processos em carga com peritos com prazo vencido há mais de 10 dias.

7.12.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Em consulta ao Sistema inFor, em 16.06.2015, verificou-se que não há mandados a serem cumpridos por oficiais de justiça com prazo vencido há mais de 10 dias.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 16.4.2015, uma listagem contendo 10 processos escolhidos aleatoriamente pelo sistema. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, dos quais 7 foram escolhidos entre os constantes nessa lista e 3 dentre os mais antigos tramitando em cada fase processual (conhecimento, liquidação e execução). O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

| | |
|---|--|
| 1 | Processo nº 0001171-30.2011.5.04.0661 |
| Fase: Solucionado. Aspectos formais. Não constou no INFOR o andamento “Liquidação homologada”, que registra a decisão que encerra a fase de liquidação e altera a fase do processo para a execução, logo após o lançamento 84 “Decisão/Despacho”. Os extratos do FGTS juntados às fls. 347-48 não consignam registro de protocolo. Movimentação processual. <u>Demora no impulso processual:</u> prazo concedido na notificação da fl. 322 findou em 05-03-2014, e seu decurso in albis foi certificado em 26-03-2014, fl. 323; prazo concedido na notificação da fl. 324 findou em 14-04-2014, e seu decurso in albis foi certificado em 30-04-2014, fl. 325; prazo concedido na notificação da fl. 326 findou em 10-06-2014, e seu decurso in albis foi certificado em 23-06-2014, fl. 327; prazo concedido na notificação da fl. 351 findou em 19-02-2015, e autos foram conclusos ao magistrado em 19-03-2015, fl. 353; processo sem movimentação entre 09.9.2014 (quando retirado alvará da fl. 343) e 19.1.2015 (fl.344), quando juntadas as guias de recolhimento previdenciário. <u>Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias:</u> despacho assinado em 30-04-2014 (fl. 325) cumprido em 26-05-2014 (fl. 326); despacho assinado em 19-08-2014 (fl. 341) cumprido em 04-09-2014 (fls. 342-43); despacho assinado em 23-03-2015 (fl. 353) cumprido em 06-04-2015 (fls. 354). | |
| 2 | Processo nº 0000071-35.2014.5.04.0661 |
| Fase: Execução. Aspectos formais. Nada a apontar. Movimentação processual. <u>Demora no impulso processual:</u> decurso de prazo para apresentação de embargos à penhora findou em 26-09-2014 e os autos foram conclusos em 29-01-2015 (fl. 39). | |
| 3 | Processo nº 0000130-91.2012.5.04.0661 |
| Fase: Execução encerrada. Aspectos formais. Não consta, na capa dos autos, certidão de retificação da autuação, determinada no despacho da fl. 133. Movimentação processual. Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias: despacho assinado em 15-04-2014 (fl. 139) cumprido em 12-05-2014 (fls. 140). | |
| 4 | Processo nº 0000342-44.2014.5.04.0661 |
| Fase: Conhecimento. Aspectos formais. A certidão lavrada à fl. 74 faz uso de múltipla escolha, tornando pouco confiável seu teor. O termo de juntada lançado no verso da fl. 76 não identifica | |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

os documentos juntados (credenciais e procuração). **Movimentação processual.** Nada a apontar.

5 **Processo nº 0000008-44.2013.5.04.0661**

Fase: Execução encerrada. **Aspectos formais.** Não constou no INFOR o andamento “Liquidação homologada”, que registra a decisão que encerra a fase de liquidação e altera a fase do processo para a execução, logo após o lançamento 49 “Decisão/Despacho”. Não está certificado nos autos o cumprimento da terceira parte do despacho da fl. 650-carmim (desbloqueio dos valores excedentes junto ao BACEN). Não foi certificado que as partes, embora regularmente notificadas (fls. 667-68), não retiraram os documentos indicados no despacho da fl. 655. **Movimentação processual.** Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias: despacho assinado em 26-05-2014 (fls. 614-15) cumprido em 17-06-2014 (fls. 616).

6 **Processo nº 0099100-39.2006.5.04.0661**

Fase: Execução. **Peculiaridade:** Processo de execução fiscal promovido pela União contra Orion Engenharia e Comércio Ltda. e Outros. **Aspectos formais.** Folha de carga dos autos (fl. 439) não contém a data e rubrica do servidor que recebeu a devolução. **Movimentação processual.** Termo de juntada lançado em 23-06-2014 (fl. 433-verso) não observa o lapso de 48h para juntada da manifestação da exequente protocolada em 11-06-2014 (fl. 434-40).

7 **Processo nº 0000366-77.2011.5.04.0661**

Fase: Liquidação. **Aspectos formais.** Não constou no INFOR o andamento “Liquidação homologada”, que registra a decisão que encerra a fase de liquidação e altera a fase do processo para a execução, logo após o lançamento 73 “Decisão/Despacho”. **Movimentação processual.** Demora no impulso processual: prazo concedido na notificação da fl. 482 findou em 07-04-2014, e seu decurso in albis foi certificado em 30-04-2014, fl. 487; prazo concedido nas notificações das fls. 488-89 findou em 02-06-2014, e seu decurso in albis foi certificado em 23-06-2014, fl. 490. Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias: despacho assinado em 30-04-2014 (fl. 487) cumprido somente em 19-05-2014 (fls. 488-89).

8 **Processo nº 0001098-87.2013.5.04.0661**

Fase: Execução. **Aspectos formais.** Não consta na capa dos autos certidão de retificação da autuação, determinada na fl. 140-carmin. Não houve lançamento no INFOR do comando “Liquidação Homologada”, apenas do comando “decisão/despacho” (lançamento 48 do INFOR). **Movimentação processual.** Demora no impulso processual: o prazo concedido nas notificações das fls. 141-3 findou em 24.2.2014 e seu decurso in albis foi certificado em 10.3.2014 (fl. 144)); o prazo recursal findou em 20.11.2014 e seu decurso in albis foi certificado em 04.12.2014 (fl. 155). Lapso para cumprimento de despacho superior a 10 dias: despacho assinado em 09.12.2014 (fl. 158) cumprido em 12.1.2015 (fls. 159-61).

9 **Processo nº 0001001-87.2013.5.04.0661**

Fase: Execução Encerrada. **Aspectos formais.** Não houve lançamento no INFOR do andamento “Liquidação Homologada”, logo após o lançamento nº 48 (“decisão/despacho”). Certidão e termo de juntada da fl. 253 em sistema de escolha múltipla. Documento de tamanho reduzido acostado na fl. 254, embora quantificado, não está numerado e rubricado. **Movimentação processual.** Nada a apontar.

10 **Processo nº 0000839-63.2011.5.04.0661**

Fase: Conhecimento. **Peculiaridade:** Processo suspenso até 23/05/2015 – aguarda solução de processo crime que tramita na Comarca de Tapejara/RS. **Aspectos formais.** Nada a apontar.



Movimentação processual. Nada a apontar.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída do INFOR em 19.06.2015, não se constatou irregularidades de andamento no sistema, verificando-se, outrossim, que os processos estão sendo movimentados pela Secretaria em prazo regular, mostrando-se elogiável a rotina de trabalho da unidade no aspecto.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é observada** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal (v.g., proc. 0000008-44.2013.5.04.0661, fl. 594).

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que, mesmo apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **não é ordenada** a pronta liberação deste em favor do credor (v.g., proc. 0001171-30.2011.5.04.0661, fl. 334, e proc. 0000008-44.2013.5.04.0661, fl.635).

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é determinada** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

sua responsabilidade executiva secundária (v.g., proc. nº 0000130-91.2012.5.04.0661, fl. 133).

9 PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado no Foro Trabalhista de Passo Fundo em 17.9.2014.

A distribuição do trabalho no processo judicial eletrônico na Unidade Judiciária observa critério misto. Fernando, Tiago e Sandra respondem pela execução. A triagem inicial é feita diariamente pelo diretor de secretaria, Jones, além de Sandra e Fernando, com imediata designação de pauta.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 01.6.2015 e 21.6.2015, com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, **23.6.2015**, é a que segue:

| Agrupador | Subpastas | Quantidade de Processos | Mais antigo | Último Movimento |
|--|------------|----------------------------------|---|---|
| Com habilitações não lidas | - | xx | - | - |
| Com pedido de liminar ou tutela não apreciados | - | xx | - | - |
| Com petições avulsas | - | xx | - | - |
| Com petições não apreciadas | - | 69 | Todas de 18.6.2015 | - |
| Com mandados devolvidos OJ | - | 02 | <u>20422-92.2015</u> e <u>20529-39.2015</u> | - |
| Com audiências não designadas | - | xx | - | - |
| Sob análise de prevenção | - | 01 | <u>20626-39.2015</u> De 19.6.2015 | - |
| Pasta | Subpastas | Quantidade de Processos | Mais antigo | Último Movimento |
| Aguardando cumprimento providência | Por semana | 192 (quantidade total) | <u>20344-26.2014</u> Subpasta: 2015 – mês 06 (jun) – 15 a 19 | 25.5.2015 audiência – prazo até 18.6.2015 |
| Aguardando cumprimento providência exec. | Por semana | 08 (quantidade total) | <u>ExFis 20201-12-2015</u> Subpasta: 2015 – mês 06 (jun) – 15 a 19 | 18.6.2015 decorrido prazo |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|---|--|---------------------------------|--|--|
| Aguardando cumprimento providência liq. | - | xx | - | - |
| Aguardando ciência | - | 01 (quantidade total) | <u>20556-22.2015</u> | <u>22.6.2015</u> Intimação da sentença |
| Aguardando ciência decisão – ConPra | - | xx | - | - |
| Aguardando término dos prazos | Sub pasta Oficial de Justiça, demais processos na raiz | 16 (quantidade total) | <u>20228-92.2015</u> | 13.5.15 expedido mandado |
| Apreciar urgentes | - | xx | - | - |
| Controle sobrestamento / suspensão | - | xx | - | - |
| Análise sobrestamento | - | 01 (quantidade total) | <u>20055-96.2014</u> | 19.5.2014 Despacho determina sobrestamento |
| Controle manual prazo pós sent. | - | 01 (quantidade total) | <u>20173-78.2014</u> | 10.6.2015 Correção de andamento processual |
| Prazos vencidos | - | xx | - | - |
| Remeter ao 2º grau | - | xx | - | - |
| Triagem inicial | - | 01 (quantidade total) | <u>20626-39.2015</u> (autuado em 19.6.2015) | Em análise de prevenção |

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Verificou-se adequada gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, com organização de pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, facilitando a visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se ao Diretor de Secretaria a relevância de manter o gerenciamento e verificação constante dos agrupadores como forma de conservar o controle da movimentação processual.



10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO - SAT

A Unidade Judiciária não necessitou do apoio do SAT no período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

O Foro Trabalhista de Passo Fundo está localizado em prédio locado, amplo, e adequado, enquanto é aguardada reforma no prédio próprio. Na 1ª Vara do Trabalho, há dois gabinetes para uso de magistrados, sendo um utilizado pela juíza titular, e outro passará a ser utilizado pela juíza substituta Taíse Sanchi Ferrão, zoneada desde 13.4.2015 no Foro Trabalhista de Passo Fundo.

Verificou-se que na unidade o número de servidores (10) está **abaixo** ao previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT (de 11 a 12), mas conta com o auxílio de um servidor lotado na CCDF de Passo Fundo, Paulo Ricardo. À exceção de Rodrigo, os demais servidores participaram de cursos de capacitação, conforme se vê no item 2.3.2, apurando-se média de 21 horas/treinamento em PJe por servidor e 48 horas por servidor em outros cursos.

No período correccionado, a movimentação na lotação envolveu 2 servidores. O afastamento mais significativo de servidor ocorreu por força de licença gestante (Cristiane, 180 dias).

Houve adesão dos servidores da Unidade Judiciária aos movimentos grevistas ocorridos no ano de 2014, com expedição de Portaria para alteração de horário de funcionamento da unidade, sem suspensão e/ou interrupção dos prazos. Com relação à greve deste ano, constatou-se adesão de 45% dos servidores da unidade. A Direção do Foro editou Portaria restringindo o horário de atendimento externo sem suspensão e/ou interrupção dos prazos processuais.

Segundo se constatou a partir da análise dos dados estatísticos referentes à Unidade Judiciária correccionada, o acervo de processos em tramitação, em 2014, cresceu 6,46% em relação ao ano de 2013 (aumento de 177 processos), alcançando 2.916 processos, ficando acima do crescimento médio do acervo de processos apurado na 4ª Região (2,78%).

Em relação ao estoque de processos pendentes de solução da fase de conhecimento, a Unidade Judiciária aumentou 13,11% em 2014, na comparação com 2013, com acréscimo de 80 processos, ficando aquém do aumento aferido na 4ª Região, de 17,69%. Ingressaram 1.145 casos novos na unidade. Em 2014 não se constatou nenhum processo aguardando prolação de sentença com prazo vencido, mas até abril de 2015 verificou-se existência de 10 processos nessa situação.

No pertinente à efetividade, observa-se que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento na Unidade Judiciária passou de 40,01% em 2013



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

para 43,66% em 2014, permanecendo abaixo do congestionamento médio regional, de 44,33%.

A Unidade Judiciária aumentou o número de processos solucionados em comparação com o ano anterior em 0,71%, o que é elogiável na medida que na 4ª Região houve redução média de 2,67% na quantidade de processos solucionados. O número de decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo), caiu 1,78% na Unidade Judiciária, em comparação com o ano de 2013, enquanto, em média, as demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apresentaram redução de 2,91%.

Na fase de liquidação, houve redução de 51,97% no número de liquidações pendentes em 2014, enquanto o índice de congestionamento da Unidade Judiciária, reduziu de 40,88% em 2013 para 31,56% em 2014, mantendo-se abaixo do congestionamento apurado na 4ª Região, de 44,16%.

Já no pertinente à fase de execução, a Unidade Judiciária reduziu em 0,44% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região houve redução média de 5,57%. O estoque de processos pendentes da fase de execução reduziu 8,68%, enquanto na 4ª Região verificou-se queda de 2,50% no acervo de processos pendentes da fase de execução. A taxa de congestionamento da unidade na fase de execução, de 52,98% em 2014, foi menor que o congestionamento médio da 4ª Região, de 70,81%, no mesmo período.

Observou-se que, em relação às Metas do CNJ, apenas a Meta 1/2014 não foi atendida pela Unidade Judiciária, e a Meta 5/2014 foi atendida parcialmente. As demais Metas anteriores a 2015, foram atendidas, bem como as Metas 2 e 6 de 2015. Quanto às Metas 1, 5, e 7 de 2015 e as específicas da Justiça do Trabalho, o período de apuração é insuficiente para verificar seu cumprimento.

A respeito do prazo de tramitação dos processos, constatou-se redução média de 20,48% na fase de conhecimento. Nos processos do rito sumaríssimo transcorreram cerca de 124 dias do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e nos de rito ordinário cerca de 285 dias. No mesmo período de apuração, verificou-se na 4ª Região que o prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento foi de 93 dias nos processos sumaríssimos e 246 dias nas ações ordinárias.

Na fase de liquidação, o prazo de tramitação processual alcançou, em 2014, 148 dias nos processos sumaríssimos e 200 dias nas ações ordinárias, mostrando-se mais célere que o prazo médio regional, de 185 dias nas ações sumaríssimas e 220 dias nos processos ordinários.

No pertinente à fase de execução, houve aumento médio de 3,38% no prazo de tramitação processual, passando para 512 dias quando o executado é ente privado, e para 1.063 dias quando a execução é contra ente público, prazos menores que os apurados nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, de 596 e 1.091 dias, respectivamente.

Verificou-se ainda que no ano de 2014, na Unidade Judiciária, o prazo médio para realização das audiências iniciais, tanto nos processos submetidos ao rito sumaríssimo quanto nas ações de rito ordinário, superou o lapso que se



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

tem por adequado (até quarenta dias) para unidades desse porte, situação revertida na data da inspeção correcional, quando as audiências iniciais estavam ocorrendo entre 21 e 34 dias. Já no pertinente ao prazo médio em que realizadas audiências de prosseguimento, apurou-se que na data da inspeção correcional, 23.6.2015, situava-se em 290 dias, superando o prazo que se tem por razoável para unidades com semelhante movimentação processual (até 240 dias).

No pertinente aos processos eletrônicos, verificou-se que são movimentados regularmente, que a designação de audiências iniciais observa o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria e que as pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa têm organização adequada.

Nota-se, outrossim, que a exclusão da lista do BNDT daqueles que já quitaram seus débitos, em que pese alguns atrasos pontuais, como regra, **tem** recebido atenção adequada pela Unidade Judiciária, essencial como forma de disseminação positiva da viabilidade, efetividade e respeitabilidade desse sistema.

Verificou-se, ainda, a partir do exame, por amostragem, dos autos físicos, que a Unidade Judiciária, no ano de 2014, apresentou dificuldades pontuais para atender aos prazos legais para prática dos atos processuais, especialmente no pertinente à certificação do prazo, ao encaminhamento de autos conclusos aos magistrados e ao cumprimento de despachos. No ano de 2015, não se constatou tais atrasos e, na data da Correição, os prazos, em regra, estavam sendo atendidos, denotando empenho por parte dos magistrados e dos servidores em atender às demandas da Unidade.

12 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (BNDT)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária continue efetuando a conferência e, se for o caso, a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, verificando, sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, a situação dos executados em relação ao BNDT.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que, em relação aos processos elencados no item 3.5, a Secretaria realize cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e a movimentação efetiva dos processos (tanto físicos quanto



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

eletrônicos), lançando andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Recomenda-se, ainda, que periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.3.1. (Meta CNJ 1 - 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 1, julgando mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a Meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 5, baixando, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução.

ITEM 5.3.5 (Meta CNJ 7 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 7, identificando e reduzindo, até 31.12.2015, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

ITEM 5.3.6 (Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015)

Recomenda-se que a Unidade tome as medidas necessárias para reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014, bem como aumentar, em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média do biênio 2013/2014.

ITEM 6.3 (Prazo Médio – Audiências Iniciais e Audiências de Encerramento da Instrução)

Recomenda-se que os prazos médios para a realização das audiências iniciais sejam mantidos até 40 dias, que se tem por adequado para unidades desse porte.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Com relação às audiências de prosseguimento para fins de encerramento da instrução recomenda-se sejam envidados esforços para que não ultrapassem o prazo de até 240 dias, tido por razoável para unidades com semelhante movimentação processual.

ITEM 8.1 (“Análise dos Processos Físicos”)

Atente, ainda, a Secretaria para as seguintes determinações e recomendações:

- a) proceda aos lançamentos obrigatórios no inFOR bem como daqueles que importem alteração de fase e repercutam no e-GESTÃO, como os andamentos relativos ao recebimento de recurso, homologação de liquidação e extinção da execução;
- b) proceda à certificação, na capa dos autos, da alteração, no curso da lide, dos dados que compõem a autuação, registrando no sistema informatizado, vedada a utilização de traço, rasura e qualquer outro meio de sobreposição do termo anterior;
- c) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG/TST) e evitando lacunas e espaços em branco e múltipla escolha (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificados os signatários (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG/TST), vedado seu lançamento em verso de documento (art. 69 do CPCR);
- d) atente para os requisitos estabelecidos no art. 53 CPCR ao preencher a folha de carga de processos.

ITEM 8.4 (Liberação de Depósito Recursal)

Recomenda-se que, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, ordene-se a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento.

ITEM 9 (PJe-JT)

Recomenda-se:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

- a) seja mantida a atenção ao agrupador “processos sob análise de prevenção”, de forma a assegurar que, em havendo repetição de ação, seja distribuída ao juiz prevento;
- b) seja mantida a triagem inicial diária nos processos eletrônicos bem como que para a designação de audiência seja observado o prazo máximo de sete dias.

Recomenda-se, ainda:

- que a Unidade Judiciária, sempre com a maior brevidade possível, encaminhe os equipamentos e móveis que já não tenham serventia à Coordenadoria de Controle da Direção do Foro com vista ao desfazimento desses bens, via doação a entidades e órgãos públicos, presentes as disposições do Decreto 99.658/1990.

- que os processos que retornem do TRT ou TST à Unidade Judiciária com necessidade de inclusão em pauta sejam priorizados, com designação de audiência em prazo breve.

13 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a juíza titular e os servidores da Unidade Judiciária, a Vice Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo, dia 23.6.2015, das 15h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Unidade Judiciária, tendo comparecido, para esse fim, os Advogados Morgana Bordignon (OAB/RS 49.370) e Júlio Francisco Caetano Ramos (OAB/RS 25.939), tratando de diversos assuntos do Foro Trabalhista de Passo Fundo, tecendo elogios ao PJe (processo judicial eletrônico) e ao trabalho desenvolvido por servidores, diretores de secretaria e magistrados. Discorreram sobre questões afetas a honorários advocatícios contratuais, sobre necessidade de consenso entre os magistrados acerca de procedimentos nas fases de liquidação e execução, liberação de valores incontroversos, nomeação de peritos, etc. A Vice-Corregedora disse que manteria contato com todos os magistrados tratando com cada um as questões que lhe são afetas, destacando, entretanto, que quanto às questões jurisdicionais não compete à Corregedoria intervir.

14 PRAZO PARA RESPOSTA



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

15 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela juíza titular Cristiane Bueno Marinho, pelo diretor de secretaria Jones Gabriel Guedes e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Nádia Beatriz Dadalt, Assessora do Gabinete da Desembargadora Vice-Corregedora, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

CARMEN GONZALEZ
Vice-Corregedora Regional